

MENSAGEM N° O 🗸 O /2023.

Macaé, J 3 de março de 2023.

## EXMO. SR. PRESIDENTE,

Encaminho o presente Projeto de Lei Complementar - PLC a essa Augusta Casa Legislativa com vistas a que seja submetido à apreciação dos Senhores Edis, versando sobre a criação da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal na Estrutura da Administração Pública Direta do Poder Executivo.

A proposta de criação e estruturação da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animail tem como fundamento o preconizado no art. 225, § 1°, VII, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c os arts. 12, V, 156, VI e VII e 156-A, V, todos da Lei Orgânica do Município de Macaé, bem como Lei Nacional n°13.426/2017, que dispõe sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos em todo o Brasil, tendo em vista caber ao Poder Público o dever de defender e preservar a fauna, através de políticas públicas que visem assegurar aos animais um meio ambiente ecologicamente equilibrado de modo que seja preservada a sua função ecológica.

Ademais, a necessidade de políticas públicas em prol dos animais domésticos que vivem no município de Macaé faz parte da agenda política municipal, sendo um dos assuntos prioritários da gestão atual, a Educação Animal e o Controle Populacional de cães e gatos.

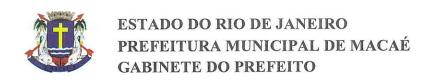
Nesse sentido, defende-se que um Estado Democrático de Direito deve determinar normas e princípios jurídicos que façam valer os direitos fundamentais aos animais, a partir de um debate plural para a tomada de decisões.

Por esses motivos, acredita-se que a proposta será bem recebida por essa Emérita Casa e contará com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação unânime dos Nobres Representantes dessa Augusta Casa Legislativa.

Com meus protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

WELBERTH PORTO DE REZENDE PREFEITO

AO MD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ/RJ VEREADOR NILTON CÉSAR PEREIRA MOREIRA PALÁCIO NATÁLIO SALVADOR ANTUNES ROD. CHRISTINO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR, KM 3,5 VIRGEM SANTA - MACAÉ – RJ



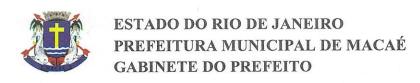
## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003 /2023

Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Municipal nº 256/2016, e dá outras providências.

- O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
- **Art.** 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 256/2016 passa a vigorar acrescido do inciso XIX:
  - "Art. 3º A estrutura básica da Administração Pública Municipal Direta será composta pelos seguintes órgãos:
    (...)
  - XIX Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal."
- Art. 2º O Capítulo II do Título II da Lei Complementar nº 256/2016 passa a vigorar acrescido da Seção XIX e seus respectivos artigos:

## "Seção XIX Da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal

- Art. 127-I. A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal, responsável por elaborar e executar as políticas públicas voltadas à proteção e defesa dos animais no âmbito do município de Macaé, tem as seguintes atribuições:
- I coordenar junto a todos os órgãos e entidades municipais a propositura, estimulação e implementação de políticas públicas voltadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar dos animais domésticos e domesticados;
- II participar na elaboração da proposta orçamentária da Secretaria e supervisionar as ações pertinentes ao orçamento da Secretaria;
- III articular com diferentes órgãos das três esferas de governo e entidades da sociedade civil, com o objetivo de assegurar a implementação dos Planos de Políticas Públicas para os animais;
- IV formular, em conjunto com as Secretarias Municipais e outros órgãos e entidades públicas, as políticas para a defesa e aplicação dos direitos dos animais, conforme legislação vigente;
- V coordenar a formação e a articulação das redes de serviços de atendimento aos animais;
- VI planejar, coordenar, organizar, dirigir e monitorar os planos, programas, projetos, ações e atividades que visem à defesa, proteção e bem-estar dos animais;
- VII articular com setores da sociedade civil e órgãos públicos e privados para o desenvolvimento de ações e campanhas educativas relacionadas às suas atribuições;
- VIII estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação dos animais no município;
- IX propor a celebração de convênios e instrumentos congêneres nas áreas que dizem respeito às políticas específicas voltadas à proteção e defesa dos animais, acompanhando-os até a sua conclusão;



X - coordenar as unidades públicas municipais ligadas ao enfrentamento dos maustratos aos animais, assim como estabelecer parcerias na gestão desses equipamentos públicos vinculados aos governos estadual e federal;

XI - planejar, coordenar e monitorar as ações e intervenções que se traduzem em maus-tratos junto à fauna silvestre, exótica, doméstica ou domesticada, notadamente em áreas públicas e em propriedade privada;

XII - estabelecer, com os demais órgãos municipais, critérios visando à otimização da ação de proteção animal;

XIII - ordenar o desenvolvimento de campanhas educacionais e de treinamento destinadas a sensibilizar a população para os problemas relacionados com os maustratos aos animais de quaisquer espécies, bem como sobre seus direitos e garantias;

XIV - planejar e coordenar programas e serviços de esterilização gratuitos, posse responsável e monitoramento dos animais domésticos em áreas públicas, parques, praças e jardins;

XV - coordenar os serviços de análise, de emissão de pareceres e de autorizações de atividades que envolvam animais em eventos públicos ou privados, observadas as restrições legais vigentes;

XVI - planejar e coordenar programas de adoção de animais domésticos;

XVII - estabelecer cooperação técnica com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, ligadas à defesa dos animais;

XVIII - fiscalizar e atuar no combate aos maus-tratos de animais exóticos, silvestres e domésticos, em todo território municipal;

XIX - receber as denúncias encaminhadas através da Ouvidoria e realizar fiscalizações nos locais informados pela população, gerando relatórios e/ou laudos das vistorias realizadas, bem como acionar a autoridade policial na forma da legislação vigente, quando necessário;

XX - estabelecer parcerias com outros Órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, para solucionar problemas denunciados pela população macaense;

XXI - promover a identificação das colônias de animais da cidade e cadastramento de munícipes que atuam nos cuidados e defesas dos animais;

XXII - coordenar projetos de modo a propiciar o controle populacional de animais domésticos visando minimizar impactos ambientais;

XXIII - fazer visitas periódicas para verificar a situação dos animais;

XXIV - implementar a vacinação antirrábica em ação conjunta com órgãos de saúde publica e voluntários cadastrados;

XXV - desenvolver um programa de caráter participativo que envolva a população macaense e, sobretudo, as Instituições de Ensino Público Municipal, com ações que visam à responsabilidade coletiva de proteção e cuidado com os animais, dentro das leis e normas estabelecidas;

XXVI - construir práticas educacionais e sociais, desde a 1ª infância, com a ideia de respeito, amor e zelo pelos animais domésticos e silvestres, e que essas ações e pensamentos contribuam para uma prática social de preservação e responsabilidade;

XXVII - fomentar, através de ações para que todos os setores da sociedade se envolvam no trabalho de proteção, preservação e cuidado animal;

XXVIII - promover a guarda de caninos e felinos oriundos de ações de resgates feitas pela Secretaria, em razão, principalmente, de demandas judiciais;

XXIX - realizar o atendimento clínico e cirúrgico, principalmente esterilizações, aos animais da população macaense;

XXX - esterilizar, vacinar e microchipar os animais abrigados e que estão sob a responsabilidade da Secretaria;

XXXI - realizar campanhas e programas de adoção de animais no âmbito do município de Macaé;

XXXII - promover campanhas de castração e identificação em massa para os animais domésticos da população, inclusive comunitários, semidomiciliados e errantes, a cargo desta Secretaria;

XXXIII - promover campanhas de identificação dos animais domésticos, conjuntamente com as campanhas de vacinação;

XXXIV - determinar o resgate de animais em situação de abandono e maus-tratos;

XXXV - apoiar os órgãos de fiscalização no combate à criação e ao comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais domésticos, sinantrópicos e silvestres;

XXXVI - capacitar educadores ambientais, agentes de saúde comunitária, do contingente da Guarda Civil Municipal, dos agentes municipais de fiscalização, tanto da área ambiental, quanto da área de urbanismo e saúde, para a difusão da política de proteção aos animais e para atuação no âmbito de suas competências;

XXXVII - definir e monitorar indicadores gerenciais para sua área de atuação;

XXXVIII - atuar, em cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde, na propositura, estimulação e implementação de políticas públicas voltadas à saúde dos animais domésticos e domesticados;

XXXIX - desempenhar outras atividades afins.

Art. 127-J. A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal, para desempenho de suas atividades, contará com a seguinte estrutura básica:

I – Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal;

II - Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal;

III - Coordenadoria Geral de Políticas para Proteção e Defesa do Animal;

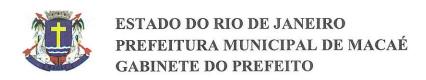
IV - Consultorias Técnicas;

V-Assessoria;

VI - Coordenadorias.

Art. 127-K. Compete à Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal realizar a gestão das unidades administrativas afetas a sua competência."

- Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, mediante Decreto Municipal, o remanejamento, realocação e/ou transformação de cargos comissionados já existentes na Estrutura da Administração Pública Direta do Poder Executivo, desde que não implique em aumento de despesa.
- **Art. 4º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, mediante Decreto Municipal, o remanejamento de dotações orçamentárias e abertura de créditos suplementares, especiais e adicionais, necessários à compatibilização da execução do orçamento, previstas na Lei nº 4.987/2022, que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Macaé para o exercício financeiro de 2023, em virtude da alteração da estrutura administrativa constante na presente Lei Complementar.
- § 1º O remanejamento de que trata o caput deste artigo não onera o limite autorizado para abertura de créditos orçamentários estabelecidos para os exercícios financeiros de 2022.
- § 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na Lei Municipal nº 4.838/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Macaé para o quadriênio 2022-2025.



Art. 5º O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, conforme art. 38 e inciso I da Lei Orgânica do Município de Macaé.

**Art.** 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Ficam revogados:

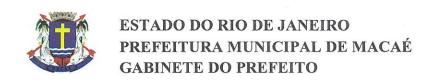
I – o inciso II do art. 110 da Lei Complementar nº 256/2016;

II – o art. 13-C da Lei Complementar nº 309/2022, repristinando a denominação original da Secretaria Municipal de Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS prevista nos arts. 3º, XI, 60, VI, 84, XXI, 109, 110, **caput** e inciso I, 111, 116, XXIII e LXV da Lei Complementar nº 256/2016.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 3 de março de 2023.

WELBERTH PORTO DE REZENDE PREFEITO



## ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO ANIMAL - SEMPDA		
CARGO/DENOMINAÇÃO CRIADO POR ESTA LEI	SÍMBOLO	VAGAS CRIADAS POR ESTA LEI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO ANIMAL	CC/GFS – E	01